

Minando a resistência: o discurso empresarial como estratégia de silenciamento em território de mineração

Undermining Resistance: Corporate Discourse as a Silencing Strategy in Mining Territory

Ana Vitória Alkmim de Souza Lima

Universidade Nova de Lisboa (UNL)
Lisboa | PT
ana.alkmim@fcsh.unl.pt
<https://orcid.org/0000-0001-5909-8565>

Janaína Alves More

Universidade Positivo | Curitiba | PR | BR
janaina.more84@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7832-4553>

Resumo: Este artigo analisa criticamente as estratégias discursivas adotadas por uma empresa multinacional mineradora após o rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho (MG), em 2019. Com base na Análise Crítica do Discurso (ACD), investiga-se como o discurso empresarial opera na construção da reputação corporativa e na legitimação de práticas hegemônicas em contextos de crise. Inserida no campo da Ecologia Humana, a pesquisa adota abordagem qualitativa, com triangulação entre documentos oficiais, relatórios institucionais e entrevistas com a população atingida. O referencial teórico articula conceitos como neocolonialismo, capitalismo de desastre, *ethos* organizacional, *greenwashing* e silenciamento simbólico, revelando mecanismos linguísticos utilizados para obscurecer responsabilidades, reorganizar a memória coletiva e neutralizar o luto social. A análise propõe um modelo replicável de leitura discursiva que identifica quatro facetas do *ethos* discursivo institucional: a empresa aprendiz, a mãe, o mito da força reconstrutora e a arauta do futuro. Em contraposição, emergem narrativas de teor testemunhal, por meio das quais os sujeitos atingidos resistem aos enquadramentos institucionais e inscrevem memórias subterrâneas que desestabilizam a versão oficial dos fatos. Os resultados evidenciam que o discurso da empresa funciona como instrumento de dominação simbólica, operando na normalização da desigualdade e no controle das formas de lembrar e narrar o desastre. Conclui-se que a linguagem corporativa,



longe de ser neutra, exerce papel central na disputa por sentidos em territórios minerados. Esta análise almeja oferecer subsídios para o fortalecimento de políticas públicas de reparação e justiça socioambiental.

Palavras-chave: Governança corporativa do desastre; Disputa discursiva; Testemunho; Silenciamento simbólico.

Abstract: This article critically analyzes the discursive strategies adopted by a multinational mining company, following the collapse of the tailings dam in Brumadinho (MG), Brazil, in 2019. Grounded in Critical Discourse Analysis (CDA), it investigates how corporate discourse operates in constructing corporate reputation and legitimizing hegemonic practices in crisis contexts. Situated within the field of Human Ecology, the study adopts a qualitative approach, triangulating official documents, institutional reports, and interviews with the affected population. The theoretical framework articulates concepts such as neocolonialism, disaster capitalism, institutional discursive *ethos*, greenwashing, and symbolic silencing, revealing linguistic mechanisms used to obscure accountability, reorganize collective memory, and neutralize social mourning. The analysis proposes a replicable model of discursive reading that identifies four facets of corporate *ethos*: the learning company, the mother, the myth of reconstructive strength, and the herald of the future. In contrast, testimonial narratives emerge, in which affected subjects resist institutional framings and inscribe subterranean memories that destabilize the official version of events. The results show that corporate discourse functions as an instrument of symbolic domination, operating in the normalization of inequality and in the control over how the disaster is remembered and narrated. It is concluded that corporate language, far from being neutral, plays a central role in the struggle over meaning in mined territories. This analysis aims to provide insights to support the strengthening of public policies for reparation and socio-environmental justice.

Keywords: Disaster corporate governance; Discursive dispute; Testimony; Symbolic silencing.

1 Introdução

Em 25 de janeiro de 2019, a barragem de rejeitos da Mina Córrego do Feijão, pertencente à mineradora Vale S.A., no município de Brumadinho, cidade brasileira de 40 mil habitantes, rompeu-se, provocando o vazamento de aproximadamente 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos. 272 pessoas morreram e três permanecem desaparecidas. 48 municípios foram afetados pela poluição e cerca de 24 mil pessoas foram forçadas a deixar suas casas em decorrência daquele que é considerado o maior desastre envolvendo barragens na década.¹

Em regiões afetadas por tragédias socioambientais, a disputa por narrativas é tão importante quanto a busca por reparações materiais. Nesse cenário, onde linguagem, poder e território se entrelaçam, a Ecologia Humana surge como uma abordagem analítica eficaz para revelar os discursos que moldam esses contextos. Trata-se de um campo transdisciplinar que se dedica à análise das interações entre sociedades humanas e ecossistemas, articulando saberes das ciências da vida, da Terra e das humanidades. Seu foco está em compreender como grupos sociais se adaptam às transformações ambientais e, ao mesmo tempo, influenciam os sistemas naturais que os cercam (Becker; Ostrom, 1995). Em sua vertente crítica, a Ecologia Humana identifica os conflitos socioambientais não apenas como respostas a mudanças ecológicas, mas como fenômenos complexos, atravessados por desigualdades históricas, interesses econômicos e disputas simbólicas que transcendem a materialidade dos danos ambientais (Catton Jr.; Dunlap, 1998; Pires, 2021). No contexto da globalização neoliberal, tais conflitos se intensificam, especialmente em territórios afetados por grandes empreendimentos extrativistas. Como alerta Santos (2019), o acoplamento entre ecossistemas e sociossistemas configura um campo de embates entre grupos hegemônicos e subalternos, promovendo desequilíbrios que vão além da degradação ambiental e alcançam dimensões políticas, culturais e discursivas. A maldição dos recursos naturais (Auty, 1993; Aknin, 2021) exemplifica esse paradoxo: regiões ricas em minerais, como as impactadas pela mineração no Brasil, experimentam maior vulnerabilidade social, agravada por práticas corporativas sustentadas por discursos legitimadores (Nkrumah, 1965; Fontoura *et al.*, 2019).

O discurso empresarial emerge como um dos principais instrumentos de gestão simbólica dessas contradições. Rezende e Ramalho (2006) destacam que, no capitalismo global contemporâneo, a linguagem é mobilizada para naturalizar reestruturações e legitimar desigualdades, por meio de repetições que obscurecem intenções ideológicas dos atores. A Análise Crítica do Discurso (ACD) oferece um caminho eficaz para desvelar tais mecanismos, identificando estratégias simbólicas que sustentam relações hegemônicas em territórios impactados.

Este artigo analisa um cenário de comoção social e pressão pública, em que a empresa ativou dispositivos discursivos para reconstruir sua imagem e neutralizar o contradiscurso dos atingidos. A escuta das narrativas emergentes na comunidade atingida revela, contudo, tensões e resistências que confrontam o discurso institucional. Com base na ACD, esta investigação busca compreender como tais estratégias operam na construção de um *ethos* discursivo institucional que combina responsabilidade social e apagamento simbólico da culpa.

Embora exista uma literatura consolidada sobre governança ambiental (Banerjee, 2008; Bebbington *et al.*, 2018), bem como estudos sobre decoupling entre discurso e prá-

¹ <https://veja.abril.com.br/brasil/brumadinho-e-o-maior-desastre-com-barragens-da-decada-aponta-oit/>

tica organizacional (Contreras-Pacheco, 2018) e sobre a instrumentalização da responsabilidade social corporativa como estratégia de legitimação simbólica e gestão de impressões (Banerjee, 2008a; Cho *et al.*, 2015; Delmas; Burbano, 2011; Marquis *et al.*, 2016), essa produção permanece majoritariamente concentrada na análise de políticas, modelos de gestão e dispositivos institucionais em nível organizacional ou normativo.

Permanecem relativamente raros os trabalhos que investigam como esses mecanismos operam discursivamente em contextos concretos de desastre socioambiental, especialmente a partir da tensão entre narrativas empresariais e os testemunhos das populações atingidas.

Estudos recentes têm examinado o papel da linguagem em contextos de catástrofe (Filho; Freire, 2021; Lamsal *et al.*, 2023; Vitiugin; Castillo, 2022) e, no campo das corporações extrativistas, diversos autores analisam estratégias de gestão da reputação e da reparação simbólica (Alencar; Durso; Cunha, 2025; Antunes-Rocha *et al.*, 2025; Carvalho, 2024; Gadelha *et al.*, 2024; Leal *et al.*, 2025; OCDE, 2023; Seligmann-Silva *et al.*, 2023; Soares; Bonduki, 2024). Contudo, esses trabalhos tendem a privilegiar ou a análise institucional e jurídica da reparação, ou a crítica à comunicação empresarial e midiática, sem articular sistematicamente o discurso corporativo às narrativas testemunhais das populações atingidas como campo de disputa simbólica pelo sentido do desastre.

Em outras palavras, falta ainda uma investigação que trate o território afetado como espaço de conflito discursivo, no qual se confrontam, de um lado, a linguagem institucional de governança, reparação e sustentabilidade e, de outro, as narrativas de dor, memória e resistência produzidas pelos sujeitos atingidos. É precisamente nessa interseção – entre discurso empresarial, governança do desastre e testemunho – que este artigo se insere.

Ao articular a Análise Crítica do Discurso com a Ecologia Humana, este estudo não apenas examina estratégias de legitimação organizacional, mas propõe compreender como a linguagem opera como tecnologia de poder nos territórios minerados. Nesse sentido, a contribuição do artigo não reside apenas em analisar o discurso corporativo, e, sim, em reconstruir o próprio campo de disputa simbólica entre empresa e populações atingidas como objeto central de investigação.

Embora autores como Fairclough (2003) e Wodak (2015) tenham demonstrado de forma consistente como o discurso opera como tecnologia de poder, legitimação e negação em contextos políticos e institucionais, essas abordagens raramente foram mobilizadas para analisar os conflitos discursivos em territórios afetados por desastres socioambientais. As análises de Klein (2008) e Rojas (2020) sobre o capitalismo de desastre pouco exploram os recursos linguísticos utilizados pelas corporações para reconfigurar a memória coletiva.

Este artigo propõe um deslocamento analítico ao articular a ACD com a Ecologia Humana, buscando compreender como o discurso empresarial atua na produção de consenso e na legitimação da autoridade simbólica em contextos marcados por violência ambiental e institucional. Nesse horizonte, os relatos das populações atingidas são compreendidos como narrativas testemunhais (Pollak, 1989; Seligmann-Silva, 2023), que não apenas denunciam fatos, mas reivindicam legitimidade a partir da experiência direta do trauma. Ao integrar essas vozes à pesquisa crítica, o estudo as reconhece como formas de resistência simbólica e disputa por memória, verdade e justiça.

Ao confrontar relatórios institucionais, documentos oficiais e relatos da população atingida, esta pesquisa evidencia os embates entre o discurso corporativo e as vozes que resistem à sua hegemonia, posicionando a linguagem no centro das disputas por sentido e reparação em territórios marcados pelo luto e pela luta.

A articulação entre os fundamentos da ACD e a perspectiva crítica da Ecologia Humana proporciona uma abordagem inovadora para compreender os conflitos socioambientais como disputas simultaneamente materiais e simbólicas. Essa conexão metodológica permite analisar, de forma integrada, tanto impactos sociais e ecológicos de grandes empreendimentos extrativistas quanto mecanismos discursivos por meio dos quais as corporações constroem narrativas legitimadoras de suas práticas e apagam simbolicamente suas responsabilidades.

Ao lançar luz sobre os efeitos ecológico-discursivos da linguagem empresarial, este trabalho contribui para ampliar o escopo analítico da Ecologia Humana, evidenciando como a destruição territorial e a produção de consenso se entrelaçam como faces de um mesmo processo de dominação, ao posicionar o discurso como operador central na disputa por sentidos, memórias e formas de reparação nos territórios marcados pela mineração.

Parte-se da hipótese de que a linguagem corporativa da Vale S.A. opera como dispositivo de dominação simbólica, legitimando práticas hegemônicas e silenciando os contradiscursos produzidos pelas populações atingidas. A pergunta que orienta a pesquisa é: de que forma o discurso institucional da Vale S. A., após o rompimento da barragem de Brumadinho, constrói um *ethos* institucional que obscurece responsabilidades e reforça relações de poder?

Tal investigação insere-se no contexto mais amplo do *capitalismo de desastre* (Klein, 2008), ambiente que favorece a adoção de estratégias discursivas e institucionais orientadas à desmobilização das vítimas e à consolidação de formas de dominação simbólica.

Além desta introdução, o artigo apresenta quatro seções principais. A primeira contém o referencial teórico, que articula Ecologia Humana, Análise Crítica do Discurso (ACD) e teorias do poder simbólico e da comunicação organizacional, abordando conceitos como neocolonialismo, capitalismo de desastre, silenciamento simbólico e estratégias de legitimação discursiva. Nessa seção, é também apresentado o conceito discursivo de *ethos* discursivo, compreendido como imagem de si construída na e pela enunciação, que orienta os procedimentos analíticos do estudo.

A segunda seção expõe a metodologia qualitativa adotada, com foco na ACD e na triangulação de *corpora* compostos por documentos institucionais da Vale S.A., materiais oficiais e entrevistas com atingidos pelo desastre de Brumadinho. Na terceira seção, discutem-se os resultados da análise, identificando quatro facetas do discurso empresarial – a empresa aprendiz, a mãe, o mito e a arauta do futuro – contrapostas ao contradiscurso crítico da população atingida. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais, destacando os principais achados, contribuições do estudo e implicações para o debate sobre justiça ambiental e responsabilização corporativa.

2 Referencial Teórico

2.1 Organizações, Discurso e Poder

Nos últimos anos, observa-se a consolidação da ACD como uma abordagem potente para revelar os mecanismos discursivos que sustentam relações de poder (Chouliaraki; Fairclough, 1989; Fairclough, 2001, 2003; Wodak, 2001). Este artigo se apoia nesse arcabouço, propondo uma ampliação metodológica ao conectá-lo com os fundamentos da Ecologia Humana, de modo a analisar as dimensões simbólicas e ecológicas da linguagem empresarial em territórios impactados por desastres.

A ACD configura-se como campo transdisciplinar investigativo das relações entre linguagem, poder e ideologia. Fundamenta-se na compreensão de que o discurso tanto reflete a realidade quanto constitui ativamente práticas sociais, permitindo examinar como estruturas discursivas produzem e reproduzem assimetrias sociais. O discurso é visto como prática social com agência, moldando subjetividades, percepções coletivas e estabelecendo regimes de verdade. O compromisso da ACD transcende a descrição textual, incorporando engajamento ético-político com os contextos histórico-sociais de produção e circulação discursiva. Ao revelar como enunciados aparentemente neutros veiculam ideologias e reforçam estruturas de dominação, a ACD mostra-se eficaz para compreender disputas simbólicas nos campos organizacional e ambiental.

Gramsci (1995) define a hegemonia como uma forma de dominação relativamente duradoura, exercida por um grupo social sobre outros, sustentada por um processo de naturalização de práticas, valores e significados que reproduzem desigualdades. No contexto corporativo, essa hegemonia se materializa discursivamente: a linguagem atua como agente central de naturalização por meio de narrativas legitimadoras que sustenta a hegemonia empresarial, mediante narrativas legitimadoras que mascaram relações de poder. Nessa perspectiva, conforme Bourdieu (2003), o discurso opera como mecanismo de dominação simbólica, impondo classificações do mundo social que tendem a ser percebidas como neutras e naturais, ao mesmo tempo em que naturalizam hierarquias e desigualdades.

Nesse sentido, o discurso hegemônico de organizações com alto impacto socioambiental, como mineradoras, caracteriza-se pela produção de estruturas sofisticadas de legitimação que minimizam impactos negativos de suas atividades e deslocam responsabilidades. Esse fenômeno manifesta-se de modo particularmente evidente em catástrofes como o rompimento da barragem em Brumadinho, marcado por intenso conflito narrativo entre a empresa, órgãos reguladores e as populações atingidas. Enquanto a Vale S.A. mobiliza estratégias discursivas para projetar imagens de si associadas ao compromisso com reparação e sustentabilidade, as narrativas das vítimas expõem as contradições entre fatos vividos e as representações promovidas pela empresa (Miguelles *et al.*, 2023; Santos, 2019).

O contradiscurso das populações atingidas constitui, assim, uma prática contra-hegemônica que, ao desafiar representações institucionalizadas, desestabiliza relações de poder e propõe novos sentidos para a realidade social (Fairclough, 2003). Em Brumadinho, as vozes das comunidades afetadas configuram uma forma de resistência simbólica, ao contestar a narrativa corporativa e reinscrever no espaço público os efeitos concretos da tragédia e suas injustiças.

A relação entre discurso e poder, segundo Ramalho e Rezende (2011), torna-se particularmente visível nas narrativas empresariais mobilizadas em contextos de crise. Multinacionais frequentemente empregam mecanismos discursivos que atenuam sua responsabilidade e redirecionam o problema para fatores externos, como falhas sistêmicas ou eventos imprevisíveis. Esse tipo de operação é amplamente conhecido como *greenwashing*, termo originalmente cunhado por Westerveld (1986) para designar estratégias comunicacionais por meio das quais organizações projetam uma imagem de responsabilidade ambiental sem promover mudanças estruturais em suas práticas. Segundo Delmas e Burbano (2011), esse processo produz uma desconexão entre discurso e prática, na qual elementos retóricos e simbólicos são utilizados para simular sustentabilidade sem redução efetiva dos impactos ambientais. Tal dinâmica, alinhada ao conceito de *decoupling* (Contreras-Pacheco, 2018), evidencia como o discurso opera para desvincular retórica organizacional das práticas concretas.

O termo *decoupling* (ou descolamento organizacional) foi inicialmente adotado na teoria institucional para descrever a separação entre políticas formais e práticas reais nas organizações. No campo da comunicação organizacional, Contreras-Pacheco (2018) atualiza o termo para evidenciar a discrepância entre o discurso corporativo – especialmente no que diz respeito à sustentabilidade e responsabilidade social – e as ações efetivamente implementadas. Essa desconexão deliberada permite que empresas performem conformidade normativa sem alterar suas práticas estruturais, protegendo sua reputação enquanto mantêm modelos de negócio extrativistas. O *decoupling* discursivo, portanto, atua como um mecanismo simbólico de blindagem, que instrumentaliza a linguagem para suavizar críticas e evitar responsabilizações concretas.

As estratégias discursivas empresariais transcendem a construção da reputação corporativa, configurando disputas ideológicas nas quais diversos atores competem por posições na arena pública. Gudynas (2009) e Martínez-Alier (2002) mostram que o discurso corporativo se apropria de conceitos como desenvolvimento e modernização para justificar práticas que perpetuam exploração econômica e exclusão social. Essa construção discursiva mantém uma governança em que corporações exercem poder desproporcional sobre comunidades locais, muitas vezes substituindo o Estado na formulação de políticas compensatórias. Santos (2019) sustenta que tal dinâmica integra uma estrutura global de desigualdade, em que países do Sul Global permanecem subordinados às agendas econômicas corporativas, sendo manipulados por discursos que mascaram relações de dependência e intensificam assimetrias sociais.

A análise de eventos críticos no setor extrativo revela que o discurso organizacional utiliza recursos linguísticos específicos para estabelecer hegemonia discursiva, revelando padrões recorrentes: eufemização de danos, valorização da inovação tecnológica como solução e diluição de responsabilidades institucionais (Fairclough, 2003; Wodak, 2015). Tais estratégias se manifestam nas narrativas de mineradoras, que minimizam a percepção pública dos impactos de suas operações, privilegiando discursos centrados em medidas corretivas e reforçando valores de transparência e compromisso social. No caso de Brumadinho, o discurso da Vale S.A. fundamentou-se na construção de uma identidade organizacional resiliente, posicionando-se como agente de transformação e aprendizado contínuo, enquanto ignorava evidências de negligência e impactos de longo prazo sobre os atingidos (Miguelles *et al.*, 2023).

2.2 Mineração, Poder e Neocolonialismo

Empreendimentos multinacionais em nações periféricas frequentemente envolvem atividades extrativistas com volumosos recursos financeiros, fomentando condutas neocolonialistas (Gudynas, 2009). Nkrumah (1965) define neocolonialismo como o estágio final do imperialismo, em que países aparentemente independentes têm suas políticas e seus sistemas econômicos controlados externamente por países mais desenvolvidos. Em uma versão atualizada da relação metrópole-colônia, nações periféricas comercializam matérias-primas a preços internacionais, adquirindo produtos manufaturados das nações centrais, o que limita possibilidades de industrialização e cria dependência. Esse controle neocolonial é frequentemente exercido por conglomerados financeiros vinculados a mais de um país.

Nkrumah (1965) observa que agentes neocoloniais exercem poder sem assumir responsabilidades correspondentes. O capital estrangeiro atua como instrumento de exploração e não de desenvolvimento, intensificando desigualdades ao transferir conflitos sociais para as nações exploradas. Brasil e Bolívia são exemplos do Paradoxo da Abundância (Aknin, 2021; Auty, 1993): suas populações enfrentam conflitos e deterioração social em regiões mineradoras devido à atuação multinacional. A assistência oferecida pelos controladores constitui créditos que retornam como maiores lucros para as corporações.

Essas práticas de controle estrutural são potencializadas em situações de crise, intensificando mecanismos de dominação simbólica e econômica – contexto em que se insere o capitalismo de desastre. Esse termo, proposto por Klein (2008), descreve a instrumentalização de crises para implementar agendas neoliberais, transferindo responsabilidades estatais para corporações sob pretexto de urgência. O fenômeno, também analisado por Bourdieu (1997), Hayden (2002), Santos (2019) e Swaney (1995), mostra como medidas inicialmente provisórias tornam-se transformações permanentes nas estruturas socioeconômicas de territórios vulnerabilizados.

Em análise sobre o reassentamento de Bento Rodrigues (Mariana, MG),² Soares e Bonduki (2024) observam como a Fundação Renova impôs um novo ordenamento urbano dissociado das identidades locais. Essa ação, sob uma lógica de autoritarismo corporativo, excluiu os atingidos das decisões e reconfigurou o território simbolicamente. A retórica empresarial de responsabilidade e aprendizado atua, assim, na produção de consenso e na consolidação de uma memória oficial do desastre.

O conceito de capitalismo de desastre tem raízes na visão de crise de Friedman (1962), que defendia reformas liberalizantes imediatas após desastres, alinhando-se à lógica neoliberal, que prioriza o mercado sobre a democracia e a solidariedade (Harvey, 2008). Rojas (2020, p. 54) define o capitalismo de desastre como a manifestação das “interfaces entre catástrofes ‘naturais’ e os superlucros de corporações”. No Brasil, a autora critica o uso de mecanismos de “tortura social”, que fragilizam as vítimas para induzi-las a aceitar compensações indevidas e desmobilizar oposições. Tais mecanismos visam “reduzir o gasto social ao máximo, neutralizar a resistência e consolidar a ascensão do capitalismo de desastre no Brasil” (Rojas, 2020, p. 227).

² O caso de Brumadinho foi a segunda grande tragédia envolvendo a Vale S.A., em pouco mais de três anos. Em 2015, a barragem de Fundão, propriedade da Samarco, que pertence à Vale e à BHP Billington, rompeu-se na cidade de Mariana, matando 19 pessoas.

Cinco técnicas de “tortura social” são identificadas por Rojas: 1) “Sufocamento econômico”, com limitações em auxílios e atrasos em indenizações; 2) “Sufocamentos intrafamiliares, familiares e comunitários”, dividindo núcleos próximos nos processos indenizatórios; 3) “Sufocamento e adoecimento psíquico”, visando desestabilizar mentalmente os atingidos; 4) “Sufocamento físico”, devido à contaminação ambiental; e 5) “Sufocamento político”, com repressão a lideranças locais. Como resultado, as vítimas aprendem a “olhar para o horror sem realmente vê-lo ou tampouco senti-lo; aprenderam a tolerá-lo e, finalmente, a aceitá-lo, até justificá-lo” (Rojas, 2020, p. 276). Isso leva à aceitação de propostas de reparação insuficientes.

2.3 Estratégias Discursivas e Gestão de Reputação Empresarial

2.3.1 O *ethos* discursivo institucional como dispositivo simbólico

Neste trabalho, o conceito de *ethos* é adotado a partir da Análise do Discurso de tradição francesa, sobretudo conforme desenvolvido por Dominique Maingueneau. Nessa perspectiva, o *ethos* não designa uma identidade psicológica, um traço de personalidade, uma intenção estratégica do enunciador, nem uma estratégia de autopresentação comunicacional, mas, sim, a imagem de si que se constrói na e pela enunciação, sendo inseparável das condições de produção do discurso e da cena enunciativa que o sustenta (Maingueneau, 2005; 2008; 2010). Trata-se, portanto, de um efeito discursivo, produzido no próprio funcionamento do enunciado, que propõe ao coenunciador uma certa maneira de ser, de falar e de ocupar um lugar no mundo social. Do ponto de vista analítico, isso implica tratá-lo não como uma intenção psicológica do enunciador nem como uma estratégia comunicacional isolada, mas como um efeito discursivo produzido por um conjunto relativamente estável de marcas linguísticas, enunciativas e interdiscursivas.

O *ethos*, nessa concepção, não é um ornamento retórico nem um recurso de persuasão deliberadamente controlado pelo sujeito, mas um modo de presença discursiva que emerge da articulação entre o que é dito, a forma como é dito e o lugar institucional a partir do qual se enuncia. Todo discurso, ao se produzir, projeta uma determinada figura de enunciador – aquilo que Maingueneau denomina *fiador* – e convida o destinatário a incorporar essa figura, isto é, a aderir não apenas a um conteúdo proposicional, mas também a um certo universo de valores, atitudes e modos de existência implicados pelo dizer. Esse processo de *incorporação* constitui uma dimensão central do funcionamento do *ethos* e explica por que ele opera como um poderoso princípio de legitimação simbólica.

Maingueneau distingue, ainda, o *ethos pré-discursivo* – ligado às representações socialmente disponíveis sobre quem fala (no caso, uma grande empresa mineradora, com determinada história e posição institucional) – e o *ethos discursivo*, que se constrói efetivamente no curso da enunciação. É precisamente nessa tensão entre expectativas anteriores e imagem construída no discurso que se joga a eficácia simbólica do *ethos*. No caso dos discursos corporativos, essa dinâmica é particularmente relevante, pois a enunciação institucional mobiliza, ao mesmo tempo, um lugar de autoridade já constituído e estratégias discursivas de reinscrição dessa autoridade em contextos de crise, contestação ou perda de legitimidade.

A análise do *ethos* supõe, portanto, considerar a cena de enunciação na qual o discurso se inscreve: quem fala, de que lugar institucional, em que situação histórica, sob que regime

de circulação e para que públicos. O *ethos* não existe fora dessa cena, nem pode ser reduzido a um atributo interno do enunciador; ele é uma construção situada, dependente das condições sociais, institucionais e históricas de produção do discurso.

Essa concepção de *ethos* discursivo é aqui articulada à Análise Crítica do Discurso, especialmente à noção de discurso como prática social (Fairclough, 1992; 1995). Se, por um lado, Maingueneau fornece as ferramentas para compreender como o discurso constrói uma imagem de si e um modo de presença enunciativa, a ACD permite inscrever essa construção no campo das relações de poder, da hegemonia e das disputas simbólicas. Desse modo, o *ethos* é compreendido, neste trabalho, não apenas como efeito de sentido, mas como dispositivo simbólico de regulação das interpretações, de produção de legitimidade e de organização do consenso.

No funcionamento concreto dos textos, essa construção do *ethos* se realiza por meio de múltiplos operadores discursivos. Entre eles, destacam-se a intertextualidade, a interdiscursividade e a modalização. A intertextualidade diz respeito ao modo como um texto se inscreve numa rede de outros textos, retomando, reformulando ou deslocando enunciados anteriores (Fairclough, 1992). Já a interdiscursividade refere-se à maneira pela qual diferentes formações discursivas – por exemplo, o discurso da gestão, da sustentabilidade, do direito, da governança ou da responsabilidade social – se articulam no interior de um mesmo enunciado, produzindo efeitos de autoridade, naturalização ou evidência.

Esses mecanismos não devem ser reduzidos a simples “estratégias comunicacionais”, e, sim, como modos de constituição da cena enunciativa e da figura do enunciador. Ao mobilizar discursos normativos, técnicos ou morais, o discurso empresarial não apenas “argumenta”, como também constrói para si uma posição de fala legítima, competente e responsável, configurando um *ethos* compatível com as expectativas de aceitabilidade social.

A modalização, por sua vez, desempenha papel central na construção do *ethos* ao regular o grau de compromisso do enunciador com o que é dito, bem como sua posição diante da responsabilidade, da certeza, da obrigação ou da possibilidade. Modalidades epistêmicas e deônticas permitem ao discurso ajustar sua postura enunciativa, atenuar afirmações, deslocar responsabilidades ou produzir efeitos de prudência, humildade e razoabilidade. Em contextos de crise, como desastres socioambientais, esses recursos são particularmente relevantes para a construção de um *ethos* que combine, ao mesmo tempo, reconhecimento parcial, gestão da incerteza e reconfiguração da imagem institucional.

Por fim, a construção do *ethos* deve ser compreendida como um processo instável, atravessado por tensões e contradições, sobretudo em situações de forte contestação pública. Longe de garantir automaticamente adesão e consenso, o *ethos* pode ser recusado, deslegitimado ou confrontado por contradiscursos que disputam a definição da situação e a autoridade de quem fala. É justamente nesse espaço de conflito simbólico que se inscreve a análise desenvolvida neste artigo: ao examinar os discursos da Vale S.A. após o rompimento da barragem de Brumadinho, busca-se compreender como diferentes figuras de *ethos* são produzidas, ajustadas ou tensionadas na tentativa de reconstruir uma posição de enunciação socialmente aceitável em um cenário marcado por trauma, luto e demandas por justiça.

Operacionalmente, a identificação do *ethos* nos textos analisados baseou-se na observação sistemática de: (a) modos de autoapresentação institucional e de posicionamento do enunciador; (b) formas de modalização e de gestão da responsabilidade; (c) escolhas lexicais e avaliativas recorrentes; (d) articulação interdiscursiva com discursos da sustentabilidade,

da governança, do cuidado e da responsabilidade social; e (e) construção da cena de enunciação e da figura do fiador institucional proposta ao leitor.

A recorrência e a coocorrência desses traços permitiram agrupar os enunciados em conjuntos relativamente estáveis de modos de presença discursiva, que foram descritos heurística e metaforicamente como diferentes facetas do *ethos* institucional da empresa.

2.3.2 A teoria dramatúrgica de Goffman e o gerenciamento da imagem

A Teoria Dramatúrgica de Goffman (1985) é útil para compreender os processos de encenação e gestão da imagem nas comunicações organizacionais. O autor define duas “regiões”: (1) a fachada, representação pública, em que se constrói uma performance socialmente aceitável, e (2) os bastidores que concentram os recursos materiais e simbólicos dessa encenação, bem como elementos que podem ameaçar sua coerência. Essa distinção permite compreender a existência de dissociações entre o que é mostrado e o que é efetivamente praticado, fenômeno que Contreras-Pacheco (2018) e Fonseca e Bursztyn (2007) descrevem como *decoupling* entre discurso e ação.

Goffman (1963) identifica duas situações de discrepância entre identidade real e virtual, distinguindo o desacreditado (discrepância evidente) e o desacreditável (condição estigmatizável). Neste último, o indivíduo manipula informações, “escondendo símbolos que denunciariam o estigma e emitindo informações falsas” (Goffman, 2004, p. 81). Na dissimulação, o desacreditável usa sinais desidentificadores para questionar a imagem virtual desfavorável, redirecionando-a positivamente e obtendo vantagens simbólicas.

Fonseca e Bursztyn (2007) descrevem esse tipo de operação como “aplausos discursivos à norma”, isto é, a exibição pública de conformidade a valores socialmente valorizados – como, por exemplo, normas ambientais – com vistas à obtenção de ganhos simbólicos.

Esses mecanismos dramatúrgicos ajudam a compreender os processos de gestão da reputação organizacional, especialmente em crises, quando a credibilidade institucional é crucial. Como observa Fairclough (1989), a publicidade e a comunicação corporativa, ao operarem como discursos-chave na contemporaneidade, tendem a colonizar outras esferas da vida social, produzindo zonas de ambiguidade entre comunicação estratégica e expressão institucional, o que dificulta distinguir entre compromisso efetivo e manipulação simbólica. Assim, Goffman é aqui utilizado para iluminar o regime organizacional de encenação e gestão da imagem, enquanto Maingueneau fundamenta a análise do *ethos* como efeito enunciativo e dispositivo discursivo.

2.3.3 A teoria dos stakeholders e seus limites

Como apontado na seção anterior, a construção do *ethos* discursivo institucional se realiza por meio de operações discursivas que organizam a cena enunciativa e estabilizam a autoridade simbólica da organização. Nesse contexto, a gestão dos *stakeholders*, frequentemente apresentada como prática de diálogo e inclusão, pode funcionar, na realidade, como um dispositivo de regulação da interlocução legítima, isto é, como um mecanismo que define quem pode falar, sobre o quê e em que termos. Segundo a Teoria dos Stakeholders, formulada por Freeman (1984), *stakeholders* são todos aqueles que influenciam ou são influenciados pela organização. No entanto, a origem gerencial dessa abordagem implica que a própria identi-

ficação de quem conta como *stakeholder* é realizada a partir da perspectiva da empresa e de seus critérios estratégicos.

Desse modo, ao classificar, hierarquizar e reconhecer determinados atores como interlocutores legítimos, a organização não apenas administra relações, mas estrutura discursivamente o campo do conflito, delimitando de antemão as formas aceitáveis de participação, contestação e reivindicação.

Embora se apresente como uma proposta de diálogo, sua aplicação prática revela limites importantes, visto que é frequentemente instrumentalizada, restringindo a participação de grupos afetados. Essa assimetria torna-se particularmente visível nos processos de reparação empresarial, em que as decisões tendem a ser tomadas de forma unilateral, sob o léxico da “escuta” e da “inclusão”. Não por acaso, duas décadas após a formulação, McVea e Freeman (2005, p. 60) observam que os *stakeholders* “são tratados não como indivíduos moralmente importantes, mas como abstrações, caracterizadas pelos papéis que desempenham”. Colvin, Witt e Lacey (2020) reforçam essa crítica ao mostrar que organizações tendem a categorizar o sociossistema exclusivamente a partir de sua própria perspectiva, o que empobrece analiticamente essas categorias e obscurece dinâmicas territoriais, históricas e políticas que escapam ao enquadramento empresarial.

Na abordagem tradicional, os *stakeholders* são classificados principalmente a partir de sua relação formal com a empresa (funcionários, fornecedores, clientes). Esse modelo revela uma lógica centrada na própria organização e em seus interesses estratégicos, tomando a empresa como ponto de referência privilegiado da cena decisória. Em contraste, a abordagem de Gestão de Recursos Ambientais e Naturais (ENRM – Environmental and Natural Resource Management) propõe formas mais amplas de engajamento, tanto individuais quanto medidas por estruturas sociais. Segundo Colvin, Witt e Lacey (2020), essa perspectiva desloca o foco da organização para o sistema socioambiental como um todo, considerando múltiplos atores, formas de pertencimento territorial e regimes distintos de legitimidade. A Tabela 1 sintetiza as principais diferenças entre essas abordagens.

Tabela 1 – diferenças entre as abordagens tradicional e GRAN

	Abordagem Tradicional	Perspectiva GRAN
Eixo central/sujeito	A empresa define quem são os <i>stakeholders</i> .	A questão socioambiental ocupa o centro, e a partir dela definem-se os <i>stakeholders</i> .
Objeto	A empresa e seus problemas figuram como objeto e são autodefinidos.	O problema/objeto é definido pela visão e discurso dos <i>stakeholders</i> .
Poder de decisão e determinação de legitimidade	A empresa determina a legitimidade dos <i>stakeholders</i> .	Um stakeholder privilegiado (regulador) pode exercer poder com base na questão central, legitimado por outros <i>stakeholders</i> .
Classificação dos stakeholders	Centrada na empresa e racionalmente baseada nas relações entre a empresa e os <i>stakeholders</i> .	Emocional e baseada nos valores expressos pelos <i>stakeholders</i> .

Fonte: Colvin, Witt e Lacey (2020).

Do ponto de vista discursivo, essa diferença não é apenas metodológica ou normativa, mas implica formas distintas de organizar a cena enunciativa, isto é, de definir quem pode falar, a partir de que lugar e com que autoridade simbólica.

Na perspectiva GRAN, o foco são questões socioambientais, com decisores atuando como reguladores e stakeholders privilegiados (órgãos governamentais). Essa abordagem é uma escolha ética e epistemológica, centrando o problema, não a organização. Ela rompe com a racionalidade instrumental, valorizando conhecimentos locais e relações horizontais, especialmente em contextos de injustiça ambiental.

Nesse enquadramento, os processos decisórios são concebidos como arenas de negociação mediadas, nas quais a coordenação de interesses e a administração de assimetrias dependem da construção de condições mínimas de reconhecimento mútuo. Como argumentam Colvin, Witt e Lacey (2020) e Stratoudakis (2018), essa abordagem tende a favorecer a produção de acordos mais robustos do ponto de vista da legitimidade social, precisamente porque desloca o centro da cena decisória da organização para o sistema socioambiental em disputa.

2.3.4 A lógica da reparação e o silenciamento dos atingidos

No contexto da extração de recursos naturais, segundo Fontoura *et al.* (2019), a perspectiva tradicional coloca o poder corporativo privado como central, desconsiderando outros atores ou usando-os apenas para validar decisões. O desastre de Brumadinho exemplifica essa exclusão, com a Vale S.A. promovendo a aparência de diálogo sem participação efetiva das pessoas atingidas. Zhouri *et al.* (2016) descrevem a estratégia de empresas para “empoderar” a comunidade: consultar, deliberar privativamente e comunicar decisões já tomadas. As consultas, muitas vezes, não tratam do que fazer, mas das condições da prática (Reed *et al.*, 2009). *Stakeholders* que não se alinham são cooptados ou marginalizados; as manifestações legítimas são minimizadas ou ignoradas nos registros “oficiais”, gerando e amplificando conflitos pela desigualdade de poder que exclui as comunidades.

O *silenciamento simbólico* é compreendido como um processo discursivo por meio do qual determinadas vozes, memórias e experiências são excluídas ou deslegitimadas no espaço público. Abordado por autores como Bourdieu (2003), Van Dijk (2008) e Pollak (1989), esse processo não se dá apenas pela censura explícita, como também pela invisibilização sutil, pela seleção estratégica de discursos autorizados e pela construção de narrativas que esvaziam a potência crítica dos testemunhos dissidentes. Trata-se, portanto, de uma forma de dominação simbólica que opera na produção de consenso, na despolitização do trauma e na manutenção de hierarquias discursivas em territórios marcados por violência institucional. Essa exclusão de vozes dissonantes é visível na escolha lexical dos relatórios: como mostram Alencar, Durso e Cunha (2025), temas como ‘população atingida’, ‘riscos estruturais’ e ‘justiça ambiental’ quase desapareceram de relatórios de reparação após a tragédia de Mariana, tendo sido reintroduzidos apenas esporadicamente e ligados a ações filantrópicas, diluindo o vínculo direto da empresa com os danos.

A instrumentalização da Teoria dos Stakeholders para reforçar a autoridade corporativa a converte também em um mecanismo de silenciamento – o que se evidencia na forma como a reparação foi conduzida após o desastre. Banerjee (2008a) denuncia que discursos de responsabilidade e sustentabilidade velam o *decoupling* e limitam o descontentamento, legitimando a posição dominante. Com isso, a teoria pode se tornar neocolonialista, controlando

stakeholders e reduzindo o compromisso com eles ao discurso, com empresas socialmente irresponsáveis usando discursos persuasivos (fachada) desconectados da prática (bastidor) (Pereira, 2021). Iniciativas insignificantes são amplificadas (*greenwashing*), sem transformação real na visão corporativa; ocasionalmente, até mesmo medidas remediadoras são apresentadas como promoção de sustentabilidade (Zhou et al., 2016). Tal abordagem orbita no *business-as-usual*, sem qualquer transformação substantiva na visão corporativa de mundo – são os interesses comerciais que estabelecem os parâmetros da sustentabilidade.

É a partir desse quadro teórico que, na seção de análise, examinam-se os discursos institucionais da Vale S.A. e os relatos das populações atingidas, buscando identificar empiricamente os mecanismos de silenciamento e de gestão simbólica da reparação.

3 Metodologia

3.1 Abordagem metodológica e fundamentos teóricos

A abordagem qualitativa é essencial para entender os processos discursivos e dinâmicas sociopolíticas na construção do discurso organizacional em desastres socioambientais, com implicações para governança e sustentabilidade. A pesquisa qualitativa se justifica pela natureza interpretativa do discurso, que exige análise complexa e contextual. Seguindo Fairclough (2003), a ACD foi adotada para examinar linguagem, poder e ideologia, mostrando como a linguagem organizacional naturaliza assimetrias e mantém a hegemonia. Wodak (2001) e Van Dijk (1998) também contribuem para a análise crítica, com foco em dimensões sociocognitivas e contextos históricos.

Após o colapso da barragem, Brumadinho atraiu muitos pesquisadores, que concentraram seus estudos na área da barragem do Córrego do Feijão. As constantes abordagens geraram certo cansaço entre os moradores em relação aos estudantes, já que essa prática se soma a outras que contribuem para a revitimização – exposição das vítimas repetidamente ao sofrimento, relembrando a tragédia. Por isso, desde o começo, os contatos e as conversas demandaram muita atenção e extremo respeito à vontade e disponibilidade dos sujeitos atingidos.

Por se tratar de uma investigação que mobiliza discursos de dor e de resistência, torna-se necessário reconhecer a implicação das pesquisadoras no processo de escuta e análise, desenvolvido no âmbito desta pesquisa e iniciado em 2021. O contato com os testemunhos dos atingidos exigiu não apenas rigor técnico, mas sensibilidade ética diante da complexidade de narrar o trauma. Adota-se, portanto, uma postura crítica e engajada, que compreende o discurso como campo de disputa de sentidos e a pesquisa como prática política de visibilização de memórias silenciadas. O projeto de pesquisa foi aprovado em 15 de abril de 2024, por unanimidade, pela Comissão de Ética da NOVA FCSH (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

3.2 Corpora da pesquisa e estratégia de triangulação

Os corpora da pesquisa organizam-se em duas categorias: secundários (corpus 1 e 2) e primário (corpus 3). O corpus 1 é composto pelo Acordo de Reparação Integral firmado entre a Vale S.A. e o poder público, além de pesquisas documentais e bibliográficas, para compreensão do contexto; o corpus 2 reúne nove relatórios institucionais da empresa sobre ações de reparação, com número de páginas (duplas) variando entre 25 e 65, cada. Esses documentos foram selecionados por sua centralidade na estratégia comunicacional da Vale S.A. após o rompimento, com foco na divulgação a mídia, acionistas e sociedade civil. O corpus 3 inclui 11 entrevistas em profundidade, realizadas entre abril e julho de 2024, com moradores e lideranças locais diretamente afetadas, selecionados com base na diversidade de perfis e na vinculação ao território atingido. Os critérios de inclusão consideraram idade mínima de 18 anos, envolvimento com movimentos sociais, instituições públicas ou ações de cuidado, além de amostragem em bola de neve até o ponto de saturação discursiva. As entrevistas tinham como base um questionário semiestruturado, com 28 perguntas abertas, conduzidas de forma a proporcionar a livre expressão dos sujeitos, respeitando suas emoções e memórias. A duração dos encontros variou entre uma e três horas, e a transcrição deu origem a um total de 261 páginas.

A triangulação entre os corpora, adotada como estratégia epistemológica de confrontação de vozes (Denzin, 1978; Flick, 2004), permite articular diferentes perspectivas – institucionais, jurídicas e comunitárias – ampliando a densidade interpretativa e fortalecendo a crítica aos processos de apagamento simbólico. As entrevistas do corpus 3 dialogam diretamente com os documentos do corpus 2, enquanto o corpus 1 contribui para compreender a relação entre empresa, poder público e reparação. Ao permitir o cruzamento entre discurso hegemônico e contradiscursos testemunhais, a triangulação amplia a densidade interpretativa e fortalece a crítica aos processos de apagamento simbólico.

3.3 Modelo de análise da ACD: níveis textual, discursivo e sociocultural

A escolha da ACD como abordagem metodológica fundamenta-se em seu potencial para examinar como a linguagem se articula a relações de poder, ideologia e práticas sociais. A ACD concebe o discurso como prática social e propõe sua análise em múltiplos níveis, articulando a materialidade linguística às condições sociais e históricas de produção e circulação dos textos. Seguindo o modelo de Fairclough (1989, 2003), a ACD transformacional estrutura-se a partir de três dimensões inter-relacionadas: o nível textual, o nível das práticas discursivas e o nível sociocultural.

No nível textual, concentra-se na análise das propriedades linguísticas dos textos, contemplando aspectos como escolhas lexicais, estruturas sintáticas, modalidades, formas de avaliação, mecanismos de coesão e organização retórica. Esse nível permite descrever como os significados são construídos linguisticamente e como determinados efeitos de sentido são produzidos a partir de escolhas formais específicas.

No nível discursivo, ou das práticas discursivas, dedica-se à análise dos processos de produção, circulação e consumo dos textos, bem como às relações intertextuais e interdiscursivas que os atravessam. Nesse plano, investigam-se os modos pelos quais diferentes gêne-

ros, discursos e vozes são articulados, recontextualizados ou combinados, assim como os mecanismos de legitimação, autorização e enquadramento que estruturam os enunciados. .

Por fim, o nível sociocultural examina as condições sociais, históricas, políticas e ideológicas mais amplas que moldam tanto a produção quanto a interpretação dos discursos. Essa dimensão busca compreender como os textos e as práticas discursivas se inscrevem em formações sociais específicas, como reproduzem ou contestam relações de poder e como participam da (re)produção de hegemonias e ordens discursivas.

A articulação entre esses três níveis permite uma análise integrada do discurso, na qual os aspectos linguísticos, os processos discursivos e as estruturas sociais são considerados de forma relacional e não hierárquica, em consonância com a perspectiva crítica proposta por Fairclough.

3.4 Categorias analíticas e disputa simbólica

O modelo analítico adotado neste estudo fundamenta-se na Análise Crítica do Discurso (ACD) de orientação faircloughiana, em sua formulação tridimensional, que articula os níveis textual, das práticas discursivas e sociocultural (Fairclough, 1989, 2003). Esse enquadramento permite examinar o discurso simultaneamente como texto, como prática social e como prática situada em formações históricas e ideológicas mais amplas.

No interior desse modelo, as facetas discursivas analisadas foram hipoteticamente agrupadas em categorias analíticas, que visam mapear os sentidos em disputa no campo simbólico da reparação, sem, contudo, esgotar a complexidade dos enunciados produzidos. A análise procedeu por leitura iterativa dos corpora, com codificação indutiva dos trechos em que se observavam padrões recorrentes de autoapresentação institucional, gestão da responsabilidade, posicionamento moral e construção da cena enunciativa. Esses trechos foram inicialmente agrupados por semelhança de funcionamento discursivo e, em um segundo momento, reorganizados em quatro grandes núcleos de regularidade, que deram origem às facetas analíticas do *ethos* institucional descritas neste artigo.

A formulação das facetas do *ethos* institucional baseou-se na identificação de conjuntos relativamente estáveis de modos de enunciação e de apresentação de si, cuja recorrência permitiu agrupar enunciados segundo figuras típicas de enunciador, ancoradas em categorias sociolinguísticas como *ethos*, modalização e interdiscursividade, bem como na noção goffmaniana de performance (Goffman, 1985). As denominações atribuídas às facetas – como “empresa aprendiz”, “mãe Vale”, “mito” e “arauta do futuro” – possuem caráter metafórico e heurístico, e visam apenas tornar visíveis padrões discursivos identificados empiricamente.

A análise procedeu por meio de leitura iterativa e comparativa dos diferentes corpora, com codificação indutiva dos trechos em que se observavam padrões recorrentes de autoapresentação institucional, de gestão da responsabilidade, de posicionamento moral e de construção da cena enunciativa. Esses excertos foram inicialmente agrupados por semelhança de funcionamento discursivo e, em um segundo momento, reorganizados em quatro grandes núcleos de regularidade enunciativa, que deram origem às facetas analíticas do *ethos* institucional descritas neste artigo. Assim, as categorias não foram definidas a priori, mas emergiram do próprio material empírico, a partir da recorrência e da coocorrência de traços discursivos relativamente estáveis nos textos analisados.

De modo complementar, foram igualmente construídas categorias destinadas a descrever os núcleos de sentido recorrentes nos discursos das populações atingidas, organizadas em torno de eixos temáticos como memória, responsabilização e contestação de enquadramentos institucionais. Essas categorias foram igualmente derivadas de procedimento indutivo e têm função descritiva e analítica, não normativa.

No que se refere às narrativas testemunhais, estas são compreendidas, neste estudo, como formas específicas de relato ancoradas na experiência direta de eventos traumáticos, nas quais memória, vivência e posicionamento éticos se articulam. No campo dos estudos da memória, esses relatos são frequentemente associados ao que Pollak (1989) e Seligmann-Silva (2023) denominam “memórias subterrâneas”, isto é, formas de lembrança que permanecem à margem das versões oficiais e institucionalizadas da história. Diferentemente de narrativas técnicas ou administrativas, as narrativas testemunhais caracterizam-se por inscrever a experiência vivida no próprio ato de narrar, conferindo centralidade à dimensão subjetiva, afetiva e moral do acontecimento.

Nesse sentido, o testemunho não se reduz à transmissão de informações factuais, mas constitui um modo específico de enunciação, no qual a memória do trauma, a reivindicação de reconhecimento e a afirmação de uma posição no mundo social se entrelaçam.

A Análise Crítica do Discurso, ao articular os níveis textual, das práticas discursivas e sociocultural, oferece um instrumento metodológico adequado para examinar a produção, a circulação e os efeitos de sentido desses diferentes repertórios discursivos em contextos de conflito socioambiental. Esse modelo permite analisar o discurso como prática simbólica situada, atravessada por relações de poder, disputas de sentido e enquadramentos ideológicos.

Ciente das críticas dirigidas à ACD – especialmente quanto ao risco de interpretações excessivamente subjetivas ou à dificuldade de delimitar análise e julgamento político (Wodak, 2001; Blommaert, 2005) –, este estudo adotou estratégias de validação interna. Destacam-se a triangulação entre corpora, a definição explícita das categorias analíticas e a seleção criteriosa dos excertos analisados. Embora a abordagem crítica pressuponha um posicionamento ético e epistemológico, buscou-se assegurar consistência interpretativa por meio da transparência metodológica, do rigor argumentativo e do diálogo sistemático com a literatura especializada.

4 Análise de Dados e Discussão

4.1 Estratégias Discursivas Empresariais

Esta seção analisa como o discurso institucional da Vale S.A., no corpus selecionado, constrói diferentes facetas de seu *ethos* no período posterior aos desastres, por meio de estratégias linguísticas, retóricas e narrativas que visam reorganizar sua autoridade simbólica e gerir a crise reputacional. A análise mostra que essas estratégias não operam de forma isolada, mas se articulam em um repertório discursivo relativamente estável, no qual se combinam deslocamento de responsabilidades, retórica de aprendizado, apelos morais e projeções de futuro.

No plano textual, observa-se o uso recorrente de eufemismos, modalizações e formas de atenuação que mitigam a atribuição direta de culpa e deslocam o foco da negligência organizacional para enquadramentos técnicos, processuais ou contingenciais. Termos associados a responsabilidade, risco estrutural e dano irreversível aparecem de modo residual ou diluído, enquanto se intensifica o vocabulário relacionado a “compromisso”, “aprendizado”, “aperfeiçoamento” e “futuro”. Essas escolhas lexicais contribuem para a construção de uma imagem institucional orientada menos para a assunção de responsabilidades e mais para a administração simbólica da crise.

No plano das práticas discursivas, os documentos analisados mobilizam de forma recorrente interdiscursos associados à sustentabilidade, à responsabilidade social corporativa e à governança, combinando registros técnicos, jurídicos e morais. Essa articulação permite à empresa apresentar-se simultaneamente como agente técnico, ator ético e instituição em processo de aprimoramento contínuo, produzindo um efeito de normalização do desastre e de reancoragem da narrativa institucional em valores positivos e prospectivos.

No plano sociocultural, esses enunciados inscrevem-se em um contexto mais amplo de contestação pública e crise de legitimidade, no qual o discurso passa a operar como instrumento central de recomposição da autoridade simbólica. O corpus revela, assim, um esforço sistemático de reposicionamento institucional, no qual a empresa busca redefinir os termos do debate público, reorganizar as hierarquias de sentido e controlar os enquadramentos interpretativos legítimos sobre o desastre e seus desdobramentos.

A partir da análise integrada desses três níveis, foi possível identificar quatro facetas recorrentes do *ethos* institucional, que não correspondem a categorias prévias, mas a construções analíticas derivadas da regularidade dos padrões discursivos observados: (i) a empresa aprendiz, que enfatiza inovação, correção de rumos e melhoria contínua; (ii) a “mãe Vale”, marcada por um tom paternalista e protetivo; (iii) o mito, centrado na exaltação da grandiosidade, da tradição e do papel histórico da empresa; e (iv) a arauta do futuro, que projeta superação, regeneração e promessa de reconstrução.

Essas facetas não aparecem de forma estanque, mas se combinam e se reforçam mutuamente ao longo dos documentos analisados, compondo um dispositivo discursivo voltado à estabilização da imagem institucional em um cenário de intensa contestação. Em conjunto, elas organizam um repertório narrativo que suaviza os efeitos simbólicos do desastre, desloca o eixo da discussão do passado para o futuro e reancora a identidade corporativa em valores moralmente positivos e socialmente reconhecíveis.

O Quadro 1 a seguir sistematiza essas quatro facetas do *ethos* empresarial, relacionando-as às estratégias discursivas predominantes, às suas funções simbólicas e a exemplos extraídos do corpus analisado.

Quadro 1 – Facetas do *ethos* empresarial construído pela Vale

Faceta do <i>Ethos</i>	Estratégia Discursiva	Função Ideológica	Exemplo do Corpus
Empresa aprendiz	Confissão institucional + vocabulário de aprendizagem	Simular humildade e autorreflexão para recuperar legitimidade	“A Vale aprendeu com seus erros e está comprometida com o futuro”.
Mãe Vale	Personificação + vocabulário afetivo e protetivo	Humanizar a empresa e promover identificação afetiva com a população	“A Vale está ao lado de cada pessoa atingida, cuidando e escutando”.
Mito	Reiteração de legado + discurso identitário e nacionalista	Enraizar a autoridade da empresa na história e na identidade nacional	“Há mais de 70 anos ajudando a construir o Brasil”.
Arauto do futuro	Narrativas de inovação + discurso de sustentabilidade	Projetar modernização e responsabilidade ambiental para o futuro	“A Vale lidera um novo modelo de mineração sustentável”.

Fonte: Autores (2025).

4.1.1 A empresa aprendiz: entre o arrependimento performativo e a blindagem simbólica

Nesta faceta, a empresa passa a se apresentar como uma organização “em aprendizado”, deslocando o rompimento da barragem para uma narrativa de erro, reflexão e transformação. O acontecimento é progressivamente reconfigurado como etapa de um percurso de amadurecimento institucional, e não como resultado de decisões e omissões específicas.

Esse enquadramento aparece de forma explícita nos textos de abertura dos relatórios, nos quais o léxico do arrependimento e da aprendizagem ocupa posição central. Em 2019, a empresa afirma que “a Vale deve um eterno pedido de desculpas à sociedade pelas vidas perdidas e pelos impactos causados pelo rompimento da barragem B1, em Brumadinho” (Relatório 2/2019, p. 2 - mensagem do diretor Marcelo Klein).

Nos anos seguintes, o acontecimento passa a ser narrado como parte de um processo contínuo de reflexão e transformação: “vivenciamos os momentos mais desafiadores da nossa trajetória. Cada dia trouxe consigo reflexões profundas e aprendizados cruciais. Aprendemos, com humildade, respeito e compaixão, a escutar, a compreender e a agir” (Relatório 2/2023, p. 3 - mensagem da diretora).

O vocabulário mobilizado – “aprendizados”, “reflexões”, “transformação”, “humildade”, “agir” – reinscreve o desastre em uma gramática pedagógica e moral, na qual o erro aparece como parte de um processo formativo. A tragédia deixa de ser apresentada prioritariamente como falha grave e passa a ser narrada como experiência que produz crescimento institucional.

Essa mesma lógica se repete em outras edições:

Aprendemos, com muita dor, o que há de mais valioso na nossa transformação cultural: agir pela vida (Relatório 2/2022, p. 4 - mensagem do presidente).

Que essa leitura sirva como um reforço do nosso compromisso com os aprendizados e, sobretudo, com a nossa transformação cultural (Relatório 2/2023, p. 3 - mensagem da diretora).

Nesses enunciados, observa-se a recorrência de uma estrutura narrativa que desloca o foco do dano e de suas causas para a trajetória moral da própria empresa. O acontecimento é convertido em marco de uma história de superação e aperfeiçoamento, e a instituição passa a ocupar o lugar de sujeito do aprendizado e da mudança.

Ao formular o rompimento como experiência de “transformação cultural”, o discurso reorganiza a temporalidade do evento: o passado traumático é absorvido por uma narrativa de progresso ético, na qual o centro não é mais a violação, mas o percurso de regeneração da própria organização.

4.1.2 A mãe Vale, que, de forma generosa, protege e acolhe, sempre pronta a reparar os danos

Ao defender que não deve ser penalizada por estar em aprendizado, a empresa se projeta como protetora e provedora, caracterizada por cuidado e sensibilidade. Destaca-se o uso do termo “acolhimento”, que evoca amparo, proteção e refúgio. Essa palavra, assim como expressões de empatia, remete a afetos e carinho familiares, culturalmente associados à relação maternal.

Do Acolhimento ao Desenvolvimento

Acolher

Imediatamente após o rompimento, a Vale deu início ao atendimento à população de Brumadinho e região. O primeiro passo foi abrir unidades físicas nas principais comunidades, onde atuam equipes especializadas para o acolhimento e atendimento dos atingidos. Até agora, foram recebidas mais de 50 mil demandas (Relatório 2/2019, p. 12).

Os trechos que seguem apresentam mais elementos que remetem ao cuidado familiar: “resguardar”, “dedicar”, “melhorar a condição de vida”, “legados”:

Depois de resguardar as comunidades impactadas com realocações preventivas ou evacuações emergenciais, e prestar a assistência necessária, nós dedicamos todos os esforços para melhorar a condição de vida dos atingidos. Por meio de canais contínuos de escuta e resposta, garantimos que as famílias conheçam, opinem e validem as ações de compensação essenciais ao Plano de Desenvolvimento de Territórios Impactados, cujo foco é o bem-estar social e a sustentabilidade econômica dos municípios. Dessa forma, vamos, aos poucos, deixando legados positivos, acordados e apropriados por quem realmente importa (Relatório 1/2020, p. 27 - sobre territórios evacuados).

Relacionar-se com as comunidades é construir, juntos, histórias significativas e, sobretudo, legados (Relatório 1/2020, p. 28).

No texto, o processo de “escuta e resposta” é formulado por meio de verbos como “conhecer”, “opinar” e “validar”, produzindo a imagem de participação e consenso, enquanto as decisões permanecem sob controle da empresa. O uso recorrente de termos como “diálogo”, “escuta”, “acordados” e “apropriados” reforça essa construção discursiva, ao apresentar as ações como pactuadas e compartilhadas, mesmo quando o enunciador institucional permanece como instância central de decisão.

O termo “legado”, por sua vez, aparece de forma recorrente nos relatórios e opera discursivamente ao transformar obrigações de reparação em heranças simbólicas de valor positivo. Ao qualificar esse legado como “positivo”, o texto desloca o foco do dano e da responsabilidade para a promessa de benefício futuro, projetando a atuação da empresa como benéfica e duradoura mesmo em um contexto de desastre.

Ainda como “mãe”, a empresa se posiciona como responsável por oferecer recursos para decisões dos atingidos, como mostra trecho a seguir: “temos o compromisso de oferecer os recursos necessários para que os atingidos possam decidir pelo melhor caminho” (Relatório 2/2020, p. 2 - mensagem do diretor).

Nesse enunciado, a empresa se apresenta simultaneamente como provedora dos meios e como instância que enquadra o próprio processo decisório, deslocando para si o papel de mediadora das escolhas e das trajetórias possíveis para os atingidos.

4.1.3 O Mito: o ciclope, figura poderosa que destrói e reconstrói, evocando força e capacidade de transformação

Nos relatórios, a Vale S.A. se apresenta como agente central da reconstrução material dos territórios atingidos, associando sua atuação à provisão de infraestrutura e de serviços públicos:

Contribuir para desenvolver

Mais do que amparar, a Vale está investindo no desenvolvimento dos municípios impactados. O Programa de Assistência Integral aos Atingidos orienta quem recebeu as indenizações individuais para o planejamento do futuro, oferecendo suporte e consultoria em questões de planejamento e educação financeira, compra de imóveis, retomada das atividades agropecuárias, entre outras (Relatório 2/2019, p. 13).

Dentre os compromissos assumidos estão a construção de creches, campo de futebol, posto de saúde, asfaltamento, iluminação pública, esgoto e adutora de água potável (Relatório 2/2019, p. 19).

Nos relatórios, a Vale S.A. se apresenta como parceira do poder público por meio de doações e repasses financeiros a órgãos de segurança e administrações municipais:

Doações e Repasses ao Poder Público

Em reconhecimento ao trabalho dos órgãos de segurança de Minas Gerais em Brumadinho, a Vale formalizou aportes que totalizam R\$ 70 milhões para compra de veículos e equipamentos, reformas estruturais e capacitação profissional das corporações. O montante atende a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Civil e a Defesa Civil de Minas Gerais. A Vale também decidiu repassar R\$ 80 milhões em dois anos à prefeitura de Brumadinho, ajuda financeira decorrente da interrupção das atividades da empresa na cidade. Além disso, a empresa destinou R\$ 200 milhões para outros dez municípios mineiros com arrecadações prejudicadas por paralisações de atividades da empresa (Relatório 2/2019, p. 12).

O trecho formula esses aportes como reconhecimento e cooperação institucional, deslocando o foco da responsabilidade pelo desastre para uma narrativa de colaboração e apoio

às estruturas estatais. Em outro conjunto de trechos, os relatórios tratam das demolições de imóveis no Parque da Cachoeira, apresentando-as como medidas técnicas de segurança:

Por que a Vale está demolindo imóveis em Parque da Cachoeira, Brumadinho? Com foco na segurança e no cuidado com a comunidade de Parque da Cachoeira e região, iniciamos as demolições de alguns imóveis adquiridos pela Vale que não se encontram em condições de serem habitados. O intuito dessa ação é atuar apenas nas edificações que apresentam risco estrutural, infiltrações avançadas ou outros riscos que impossibilitam o seu uso com segurança e bem-estar. Também serão demolidos todos os imóveis localizados em Zona de Autossalvamento, seguindo a determinação da Defesa Civil. Todos esses imóveis encontram-se desocupados (Relatório 1/2021, p. 21).

No trecho, as demolições são apresentadas como medida técnica e preventiva, formuladas em termos de “segurança” e “cuidado com a comunidade”, o que desloca o foco da destruição material e simbólica para uma narrativa de proteção e gestão do risco.

4.1.4 A arauta do futuro, que projeta a tragédia como um gatilho para um futuro melhor, desde que o passado seja esquecido

Nos relatórios de reparação, o futuro é apresentado como espaço de convivência, lazer, emoção e negócios. Afirma-se que tudo é construído de forma participativa, abandonando o passado e projetando uma nova realidade:

Brincar de pega-pega e conversar no banco da praça. Essas são atividades que os moradores de Córrego do Feijão puderam voltar a fazer nos últimos meses com a abertura das áreas do bosque e da pérgula. Os dois espaços fazem parte da nova Praça Central que está em construção na comunidade dentro do projeto Território Parque. O projeto prevê espaços de convivência como bosque, trilhas, mirante e campo de futebol. Além disso, haverá um Mercado Comunitário e um Centro de Cultura e Artesanato (em construção), onde funcionarão negócios locais, que vêm recebendo consultoria e recursos para se profissionalizarem. A gestão local será feita pela própria comunidade que, desde julho de 2021, participa de oficinas de capacitação para gestão sustentável desses espaços (Relatório 2/2023, p. 32).

Esse deslocamento narrativo pode ser observado na forma como os relatórios reformulam a tragédia em termos de futuro, desenvolvimento e legado, como mostra o trecho a seguir:

A diretoria é especial porque foi mobilizada pelo rompimento; é de reparação porque temos que reparar o que foi destruído; e é de desenvolvimento pelo seu foco em estar próxima, manter o diálogo transparente e contribuir com o futuro das comunidades em Brumadinho e região. (Relatório 1/2019, p. 3 - mensagem de Marcelo Klein, Diretor Especial de Reparação e Desenvolvimento).

O deslocamento de termos obscurece a reparação da tragédia, apresentando-a como investimento no futuro das comunidades. Esse discurso se alinha à narrativa neoextrativista, desviando o foco dos danos da mineração para o progresso (Gudynas, 2009).

O discurso traduz a tragédia como transformação e desenvolvimento, atenuando a gravidade do desastre. Embora a apresentação dos relatórios anuncie como objetivo abordar a reparação de uma tragédia, o discurso enfatiza a melhoria da qualidade de vida, criação de valor e desenvolvimento – legitimando a dominação.

Nos relatórios, o luto é mencionado de forma breve e rapidamente deslocado para a retomada da rotina e para o planejamento do futuro, com promessa de melhoria da qualidade de vida. Em seguida, foca-se na retomada da rotina e no planejamento do futuro, com a promessa de melhoria da qualidade de vida.

Outro aspecto relevante é a recorrente vinculação da reparação a medidas econômicas e geração de renda:

Um dos objetivos de uma reparação justa é gerar desenvolvimento, permitindo que pessoas e empresas se reestruturem economicamente. Para isso, foram propostas ações que fomentem a sustentabilidade dessas regiões, gerando emprego e renda para sua população. Desenvolver negócios em Brumadinho é uma das melhores formas de permitir um genuíno incremento para a região, deixando legados positivos nessas comunidades. (Relatório 1/2020, p. 16 - mensagem de Flávia Soares, Gerente de Fomento Socioeconômico).

Outro aspecto recorrente nos relatórios é a vinculação da reparação a medidas econômicas e à geração de renda, apresentadas como condição para a construção de um “legado positivo” e para a melhoria da qualidade de vida das comunidades:

Por meio de projetos de capacitação, apoio ao empreendedorismo e geração de empregos, estamos apoiando os municípios na redução da dependência econômica local em relação às atividades de mineração, fortalecendo as vocações locais e incentivando novas frentes de negócios que contribuam para aumentar a renda familiar da população (Relatório 1/2021, p. 7).

Nessa formulação, a reparação é discursivamente associada à promoção do desenvolvimento econômico, e o futuro da região passa a ser apresentado em termos de dinamização produtiva, empreendedorismo e crescimento. Como faceta do *ethos* corporativo, a “Arauta do Futuro” desloca o foco do desastre para a promessa de regeneração, apresentando a empresa como agente de reconstrução e futuro, enquanto as referências à tragédia e à responsabilização são progressivamente secundarizadas nos relatórios.

4.2 O Contradiscurso da População Atingida

A análise das entrevistas revela um conjunto relativamente estável de formas de enunciação que se organizam em oposição direta ao discurso institucional da empresa. Esses enunciados não apenas contestam conteúdos específicos dos relatórios, mas também disputam o enquadramento geral do acontecimento, da reparação e da própria posição da Vale no território.

Um primeiro traço recorrente é a recusa da ideia de que exista, de fato, um processo de reparação em curso. Em diversos depoimentos, a empresa é descrita como incapaz ou indisposta a reconhecer plenamente sua responsabilidade, especialmente no plano moral e jurídico. Como afirma um entrevistado:

Não existe reparação. Ela deveria dizer isso aí, no mundo ideal, sabe? Ela deveria ser sincera, deveria reconhecer que errou. Mas não é que 'ela errou porque ela não foi comunicada', 'porque ela não sabia que a barragem não é nesse lugar'. A Vale deveria fazer o reconhecimento dela, deveria reconhecer que ela fez uma escolha pela morte, e que está arrependida, e que, em função disso, vai pagar. E não é financeiramente, é penalmente; ela aceitar a justiça. Precisava ser assim. Eu não vejo a empresa, em nenhum momento, reconhecer que, entre o lucro e a vida, ela escolheu o lucro (Entrevistado 11).

Nesse tipo de enunciação, o acontecimento não é formulado como erro, acidente ou aprendizado, mas como decisão. O vocabulário mobilizado – “escolha”, “morte”, “lucro”, “reconhecer” – desloca o foco da tragédia para a responsabilidade direta da empresa e nega a possibilidade de sua reinscrição em uma narrativa de superação ou transformação.

Outro eixo recorrente do contradiscurso é a denúncia da ausência de contato direto e de reconhecimento individual das vítimas e de seus familiares. Um entrevistado relata:

A Vale nunca nos disse, nos fez um comunicado a respeito dos funcionários dela. (...) Nunca nos mandou um e-mail. (...) Ela tinha uma obrigação de procurar cada família e falar: 'olha, aconteceu um acidente aqui e o seu familiar, que era meu empregado, tá desaparecido. Infelizmente a possibilidade de ele ter morrido é grande' (Entrevistado 7).

Aqui, a distância entre o tom público de arrependimento presente nos relatórios e a experiência concreta das famílias aparece como elemento central da crítica. A empresa é descrita como capaz de produzir discursos institucionais de empatia, mas incapaz de estabelecer gestos diretos de reconhecimento e responsabilidade.

Em vários depoimentos, a retórica corporativa de mudança e humildade é reinterpretada como estratégia de aparência ou encenação. A metáfora “passando mel na boca”, utilizada por um entrevistado, sintetiza essa percepção:

Eu acho que a ação dela é preparação: “nós vamos voltar a minerar, nós vamos voltar a fazer tudo. Nós estamos...”. Tem um ditado na terra que fala “passando mel na boca”, né? Ela tá passando mel na boca da população. É uma falsidade o que ela diz; não tem nenhum interesse que não seja financeiro. Obviamente ela quer voltar a produzir, ela quer voltar a produzir pesado, vai voltar, mas ela quer fazer isso sem reparar, sem ter custos com a população (Entrevistado 9).

Outro entrevistado reforça essa leitura ao afirmar:

A Vale não mudou, isso eu te garanto; ela não mudou. Eu te garanto, porque eu conheço pessoas que trabalham lá. A Vale não mudou; até que, no início, ela tinha um propósito de mudar, mas não foi para a frente esse propósito; ela não mudou. Isso aí é maquiagem, da mesma que ela tinha antigamente, que falava 'a vida em primeiro lugar'. Isso aí é mentira (Entrevistado 7).

Nesses enunciados, termos como “falsidade”, “maquiagem” e “mel na boca” funcionam como operadores de deslegitimação do discurso institucional, recodificando-o como encenação estratégica e não como transformação efetiva.

O mesmo tipo de desconfiança aparece na forma como os entrevistados descrevem os espaços participativos e os processos de negociação. Esses espaços são frequentemente apresentados como rituais formais, nos quais a decisão já está tomada antes da escuta:

Primeiro eles resolvem, né? Primeiro é resolvido entre eles e a instituição de Justiça. Aí depois é passado para gente. Dá-se a impressão. Faz pensar que a gente está resolvendo alguma coisa, que a opinião da gente está sendo levada em conta. Mas ela não é; as coisas são resolvidas sem a participação dos atingidos. Inclusive essa é uma das brigas nossas, é uma das coisas que a gente fica gritando mesmo, que o atingido tem que ser ouvido na tomada de decisões (Entrevistado 8).
Por que ela fez isso sem estar chamando a nós, atingidos, para sentar na mesa? Por que ela preferiu fazer isso tudo com sigilo de Justiça? Ela não explica por que ela fez isso (Entrevistado 5).

Aqui, a oposição central não é apenas entre empresa e população, mas entre a ideia de participação e a experiência de exclusão dos processos decisórios.

A figura da “Mãe Vale”, muito presente no imaginário anterior ao rompimento, reaparece nos depoimentos sob forma ambivalente. Um entrevistado descreve essa transformação:

Historicamente, a Vale, para quem é de alguma região de mineração, era tida como uma mãe. A Vale era como uma mãe em Brumadinho. Colegas que perderam familiares (diziam) assim: “se você me dissesse que romperia uma barragem da Vale, eu jamais acreditaria. Pode romper de outras, mas da Vale, não”. Era o ideal das famílias empregar os filhos da Vale. E hoje tem uma certa repulsa, mas é uma relação conflitual, uma relação de amor e ódio, porque a cidade e as famílias ainda dependem da Vale para sobrevivência. Então é uma coisa muito ambivalente (Entrevistado 9).

A imagem de proteção e orgulho é substituída por uma relação marcada simultaneamente por desconfiança, repulsa e dependência material, o que produz um vínculo descrito como instável e conflituoso.

Essa ambivalência também aparece nas falas que descrevem o cansaço, o esgotamento e a percepção de que o tempo da reparação não avança:

A gente já tá esgotado. Os grupos vão ficando pequenos. (...) A gente não tem resposta, assim, de nada. A gente não tem nenhuma certeza se isso vai ter um fim, qual vai ser o fim de tudo isso? Porque se passaram cinco anos e, assim, é muito pouca gente que foi indenizada até hoje; muito pouca gente (Entrevistado 8).

Ao questionar a autenticidade do discurso de cooperação, o contradiscurso formula a percepção de que os espaços participativos funcionam mais como encenação do que como instâncias efetivas de decisão: “você vê a grande maquiagem dessa reparação. Porque a gente tem os encontros, você pode falar o que você quiser, e a Vale vai fazer o que ela quer, do jeito que ela quer” (Entrevistado 11).

Outro eixo importante do contradiscurso é a descrição da empresa como força destrutiva e ameaçadora, associada a medo, trauma e indignação:

Eles tinham orgulho. Eles saíam da Vale com seus uniformes e faziam questão de sentar na rua para as pessoas verem. Não que o salário da Vale fosse alto, mas era um status trabalhar na Vale de Brumadinho. Quem trabalhava na Vale tinha tratamento vip e tal. (...). Após o rompimento, o uniforme da Vale e o ônibus da Vale começaram a causar mal-estar nas pessoas. As pessoas tinham repulsa da Vale. Mas isso durou pouco tempo. Aí, só quem perdeu realmente entes e entende o que realmente é a Vale dentro do território é que continua com essa repulsa (Entrevistado 4).

A maior dor que eu já senti na minha vida (...). Esse símbolo da Vale causa repulsa, indignação, um sentimento de total impossibilidade de se fazer justiça. Essa marca desperta tudo de ruim que a gente possa ter sentido na nossa vida. A gente se sente impotente diante dessa marca (Entrevistado 4).

A Vale para mim é uma empresa assassina, que não deveria ser verde. Deveria ser marrom, da lama com a qual ela assassinou 272 vidas. E vermelho, do sangue que ela jogou na cidade toda. Para mim, essa marca traz muita dor. É uma empresa que não tem compostura, não tem ética. É uma empresa que vê o lucro acima de qualquer coisa (Entrevistado 11).

Nesses enunciados, a empresa deixa de ser apresentada como agente de desenvolvimento ou reparação e passa a ser nomeada diretamente a partir da violência associada ao desastre.

Essa percepção se articula, ainda, à descrição das transformações impostas ao território e ao cotidiano. Um entrevistado relata:

Você mora num lugar que é tranquilo; de repente, acontece isso aí; vêm milhões de pessoas diferentes, eles revolvem tudo, eles mudam, descaracterizam o lugar em que você morou, as suas tradições, tudo. Você é remexido, revirado. Você é confrontado com tudo. (...) Muitos que saíram das suas casas foram obrigados... não voltaram para suas casas, tem a sua identidade totalmente desfigurada. Não moram mais onde eles escolheram para morar. Ou, se você mora lá, você tá recebendo uma carga enorme de transtorno, de poluição, de excesso de carro, de excesso de gente nova, e tudo. Então, assim mudou, uma rotina de uma cidade, de um povo de tradição, em tudo (Entrevistado 5).

Outros depoimentos reforçam essa imagem ao descrever o aumento do custo de vida, a degradação dos serviços públicos e a presença massiva das estruturas da empresa no espaço urbano:

Porque a população de fora acha que Brumadinho tá todo mundo sendo reparado, todo mundo bem, porque a imagem que a Vale e a mídia vendem fora, né? Até os próprios acionistas vendo de fora, e quem tá aqui no território sabe que nada disso acontece. Então, é um cenário de um Apocalipse; é bem Apocalipse, porque o ambiente todo é caminhão de mineradora para tudo quanto é lado, é você disputando com caminhonetes e caminhonetes da empresa, e ônibus de empresa se jogando em cima de você, é todo mundo uniformizado, é um que você nunca viu

na sua vida, é empresa terceirizada fazendo pó, poeira, é destruição da pavimentação, você vai na saúde, tá tudo sujo (Entrevistado 2).

O custo de vida elevou muito (...). O preço das coisas ficou muito alto: alimentação, vestuário, tudo muito caro, muito alto o custo de vida, sabe? As escolas, mais cheias, muito cheias. O nosso sistema de saúde, embora eles insistam em falar que tá sendo um dos melhores de Minas Gerais, mas para a gente, que é usuário, que precisa dele, a gente tá vendo a dificuldade que tá. Eu acho, assim, piorou bastante, sem contar o adoecimento mental das pessoas: muita gente sofrida, muita gente adoecida. Muita gente tem que fazer acompanhamento psicológico (Entrevistado 8).

Em conjunto, esses enunciados constroem uma narrativa que se opõe sistematicamente aos quatro *ethos* identificados no discurso institucional. Onde a empresa fala em aprendizado, os entrevistados falam em escolha e culpa; onde a empresa fala em cuidado, descrevem abandono; onde a empresa fala em desenvolvimento, descrevem destruição e compra do território; onde a empresa fala em futuro, reafirmam a permanência do luto e da perda.

É essa oposição estruturada que o Quadro 2 sintetiza, organizando as principais tensões simbólicas entre o discurso empresarial e o contradiscurso das populações atingidas.

Quadro 2 – disputas simbólicas entre discurso empresarial da Vale e contradiscurso dos atingidos

<i>Ethos</i> Empresarial	Discurso Empresarial	Contradiscurso/ Atingidos	Tensão Simbólica
Empresa Aprendiz	“Aprendemos com nossos erros”. / “Cada dia trouxe aprendizados cruciais”.	“Eles sabiam de tudo e não fizeram nada”. / “Sempre nos ignoraram”.	Entre arrependimento performativo e omissão reconhecida
Mãe Vale	“Estamos cuidando de todos”. / “Acolhemos com empatia”.	“Nunca mais voltei a ser atendida”. / “Nos abandonaram desde o início”.	Entre discurso de cuidado e prática de abandono
Mito	“A Vale está investindo no desenvolvimento”. / “Contribuímos com creches, saúde, iluminação, água”.	“Estão comprando a cidade”. / “Transformaram tudo em moeda”.	Entre legado institucional e apagamento de autonomia local
Arauta do Futuro	“Estamos construindo um novo modelo sustentável”. / “Vamos deixar um legado positivo”.	“O que foi perdido nunca será reparado”. / “Falamos de futuro, mas esquecem nossos mortos”.	Entre promessa de futuro e luto não reconhecido

Fonte: Autoras (2025).

As vozes dos atingidos, ao desestabilizarem a narrativa institucional, constroem uma forma particular de enunciação que se ancora na experiência vivida e na responsabilização discursiva, tensionando o apagamento simbólico proposto pelos quatro *ethos* do discurso empresarial.

5 Considerações finais

Este estudo buscou compreender como o discurso da Vale S.A., após o rompimento da barragem em Brumadinho, opera como estratégia de silenciamento simbólico e para a construção de uma narrativa hegemônica em contextos marcados por catástrofe e injustiça socioambiental. A partir da articulação entre a Análise Crítica do Discurso, a Ecologia Humana e os Estudos Organizacionais, foram identificadas quatro facetas do *ethos* institucional – a empresa aprendiz, a mãe Vale, o mito e a arauta do futuro – que estruturam a atuação simbólica da empresa, para a legitimação de sua autoridade e para a neutralização dos contra-discursos das populações atingidas.

Como contribuição teórico-metodológica, o artigo propõe um modelo analítico original, que articula corpora institucionais, jurídicos e testemunhais com uma análise discursiva em três níveis – textual, interdiscursivo e sociocultural. Essa abordagem amplia o escopo da ACD ao aplicá-la a um campo empírico atravessado por conflitos socioambientais complexos e oferece um dispositivo interpretativo com potencial de replicação em outros contextos de disputa entre grandes corporações e comunidades vulnerabilizadas, especialmente no Sul Global, onde a linguagem frequentemente é instrumentalizada como tecnologia de governança e de dominação simbólica.

Para além de seu valor analítico, os achados deste trabalho oferecem subsídios relevantes para o debate público sobre reparação, memória e justiça em territórios impactados pela mineração. Ao evidenciar a centralidade da linguagem na produção e gestão dos conflitos, a pesquisa permite tensionar discursos oficiais e iluminar os mecanismos pelos quais narrativas corporativas reorganizam simbolicamente a experiência do desastre. Nesse sentido, o modelo aqui desenvolvido pode ser apropriado por movimentos sociais, órgãos de controle, coletivos de justiça e organizações da sociedade civil como ferramenta crítica para a análise de discursos corporativos e para o fortalecimento de processos de responsabilização institucional.

Ao interpretar os relatos das populações atingidas como narrativas de teor testemunhal, este artigo sustenta que essas vozes operam como formas de enunciação contra-hegemônica, capazes de confrontar os dispositivos de silenciamento institucional e de desestabilizar a versão oficial dos acontecimentos. Esses testemunhos reinscrevem no espaço público outras formas de narrar, sentir e significar a catástrofe, recolocando a experiência vivida no centro da disputa simbólica em torno da memória, da reparação e da justiça.

É necessário reconhecer, contudo, os limites dessa escuta. As vozes aqui analisadas emergem apesar da dor, todavia, muitas outras permanecem silenciadas por medo, cansaço, adoecimento ou ausência de condições materiais e simbólicas para narrar a própria experiência. Esse silêncio não deve ser compreendido como é ausência de discurso, mas como uma das expressões mais profundas da violência simbólica: o apagamento das condições de enunciação. Reconhecer tais limites faz parte do compromisso ético e político desta pesquisa, que não pretende esgotar o campo do testemunho, mas contribuir para sua ampliação, legitimação e fortalecimento no espaço público.

Ao evidenciar as contradições entre o discurso empresarial e os relatos das pessoas atingidas, este estudo reafirma a centralidade da disputa simbólica na luta por justiça socioambiental. Em contextos nos quais a linguagem opera como instrumento de neutralização da violência e de reorganização da memória coletiva, a Análise Crítica do Discurso se revela uma ferramenta

particularmente potente para desvelar estratégias de dominação, fortalecer narrativas de resistência e ampliar os horizontes de inteligibilidade política e institucional dos desastres.

Por fim, este artigo propõe uma articulação original entre os fundamentos da ACD e a perspectiva da Ecologia Humana no campo dos Estudos Organizacionais. A tipologia analítica desenvolvida – composta pelas quatro facetas do *ethos* empresarial – constitui um modelo interpretativo replicável para a análise de discursos corporativos em contextos de conflito socioambiental. Ao integrar corpora institucionais e testemunhais e ao tratar a linguagem como arena central de disputa política, a pesquisa contribui para o debate contemporâneo sobre reparação, justiça ambiental e poder simbólico, oferecendo subsídios tanto para investigações futuras quanto para a formulação de políticas públicas mais sensíveis aos mecanismos de silenciamento e desresponsabilização em desastres ambientais.

Declaração de autoria

Ana Vitória Alkmim de Souza Lima foi responsável pelas seguintes tarefas: Resumo e introdução, referencial teórico, desenvolvimento da metodologia, análise, considerações finais.

Janaína Alves More foi responsável pelas seguintes tarefas: Referencial teórico, desenvolvimento e sistematização da metodologia, desenvolvimento da análise, considerações finais, revisão do texto.

Agradecimentos

Agradecemos ao prof. Dr. Richard Borden pelos valiosos conhecimentos e apoio durante esta jornada.

Referências

- AKNIN, A. The “resource curse” in developing mining countries. In: FIZAINÉ, F.; GALIÈGUE, X. (org.). *Mineral resources economics* 1. Hoboken: John Wiley & Sons, 2021. p. 143–164. DOI: <https://doi.org/10.1002/9781119850861.ch8>.
- ALENCAR, A. D.; DURSO, S. O.; CUNHA, J. V. A. Análise da evidência socioambiental da Vale S.A. antes, durante e após o rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho à luz da teoria da legitimidade. *Revista Linceu On-Line*, São Paulo, v. 15, n. 1, 2025. Disponível em: https://liceu.fecap.br/LICEU_ON-LINE/article/view/1956. Acesso em: 23 dez. 2025
- ANTUNES-ROCHA, M. *et al.* Governança corporativa, risco e crise: uma abordagem discursiva sobre desastres ambientais. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 88–109, 2025.
- AUTY, R. M. *Sustaining development in mineral economies: The resource curse thesis*. Routledge, 1993.
- BANERJEE, B. Corporate social responsibility: The good, the bad and the ugly. *Critical Sociology*, Leiden, v. 34, n. 1, p. 51–79, 2008a. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0896920507084623>.

- BANERJEE, B. Necrocapitalism. *Organization Studies*, London, v. 29, p. 1541–1563, 2008b. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0170840607096386>.
- BEBBINGTON, A.; ABDULAI, A. G.; BEBBINGTON, D. H.; HINFAELAR, M.; SANBORN, C. *Governing Extractive Industries: Politics, Histories, Ideas*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- BECKER, C. D.; OSTROM, E. Human ecology and resource sustainability: The importance of institutional diversity. *Annual Review of Ecology and Systematics*, Palo Alto, v. 26, p. 113–133, 1995. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2097201>.
- BLOMMAERT, J. *Discourse: A critical analysis approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- BOURDIEU, P. (Coord.). *A miséria do mundo*. Vozes, 1997.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Bertrand Brasil, 2003.
- CARVALHO, F. de O. *A performance ambiental corporativa da Vale: Branding e sustentabilidade em questão*. 2024. 72f. [Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) — Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto]. Repositório Institucional UFOP, 2024. Disponível em: https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/5805/1/TCC_PerformanceAmbientalCorporativa.pdf. Acesso em: 23 dez. 2025.
- CATTON JR., W. R.; DUNLAP, R. E. *Environmental sociology: A framework for analysis*. Waveland Press, 1998.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: Rethinking critical discourse analysis*, 1999. Disponível em: <http://ci.nii.ac.jp/ncid/BA44719293>. Acesso em: 23 dez. 2025.
- COLVIN, R. M.; WITT, G. B.; LACEY, J. Power, perspective, and privilege: The challenge of translating stakeholder theory from business management to environmental and natural resource management. *Journal of Environmental Management*, Amsterdam, v. 271, 110974, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2020.110974>
- CONTRERAS-PACHECO, O. E. Evidencias de decoupling en la sostenibilidad empresarial: un caso de estudio en el sector minero colombiano. *Innovar*, Bogotá, v. 28, n. 70, p. 99–114, dez. 2018. DOI: 10.15446/innovar.v28n70.74451.
- DELMAS, M. A.; BURBANO, V. C. The drivers of greenwashing. *California Management Review*, Berkeley, v. 54, n. 1, p. 64–87, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1525/cmr.2011.54.1.64>
- DENZIN, N. K. *The research act: A theoretical introduction to sociological methods*. 2. ed. New York: McGraw-Hill, 1978.
- FAIRCLOUGH, N. L. *Language and power*. Longman, 1989.
- FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- FAIRCLOUGH, N. *Critical discourse analysis: the critical study of language*. London: Longman, 1995.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: Textual analysis for social research*. Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. L. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2001.
- FILHO, J. L. A.; FREIRE, S. Linguagem e desastre: narrativas e enquadramentos discursivos. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 567–592, 2021.

- FLICK, U. *An introduction to qualitative research*. 2. ed. London: Sage, 2004.
- FONSECA, I. F.; BURSZTYN, M. Mercadores de moralidade: A retórica ambientalista e a prática do desenvolvimento sustentável. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 10, n. 2, p. 169–186, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1414-753x2007000200013>.
- FONTOURA, Y. Y.; NAVES, F. F.; TEODÓSIO, A. A. S. S.; GOMES, M. M. V. P. Da lama ao caos': Reflexões sobre a crise ambiental e as relações estado-empresa-sociedade. *Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 6, n. 15, p. 17–41, 2019. DOI: <https://doi.org/10.25113/farol.v6i15.5440>.
- FREEMAN, R. E. *Strategic management: A stakeholder approach*. Pitman, 1984.
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalism and freedom*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.
- GADELHA, R. C. L.; OLIVEIRA, G. G. de; ANDRADE, A. V. Do risco à reputação: um estudo de caso da empresa Vale — a influência das regulamentações ambientais na imagem corporativa e sua aplicação no compliance. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2., 2024. *Anais do Congresso Internacional de Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*. p. 1–20.
- GOFFMAN, E. *Stigma: Notes on the management of spoiled identity*. Prentice-Hall, 1963.
- GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. 3. ed. Vozes, 1985.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Trad. Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995[1955].. (Original publicado em 1955).
- GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: ACOSTA, Alberto; MARTÍNEZ, Esperanza (org.). *Extractivismo, política y sociedad*. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latinoamericano de Ecología Social, 2009. p. 187–225.
- HARVEY, D. *O neoliberalismo: História e implicações*. Loyola, 2008.
- HAYDEN, F. G. Policymaking network of the iron-triangle subgovernment for licensing hazardous waste facilities. *Journal of Economic Issues*, Sacramento, v. 36, n. 2, p. 477–484, 2002. DOI:10.1080/00213624.2002.11506492
- KLEIN, N. *Doutrina do choque: A ascensão do Capitalismo de Desastre*. Nova Fronteira, 2008.
- LAMSAL, R.; READ, M. R.; KARUNASEKERA, S. CrisisTransformers: Pre-trained language models and sentence encoders for crisis-related social media texts. *arXiv Preprint*, arXiv:2309.05494, 2023. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2309.05494>. Acesso em: 23 dez. 2025.
- LEAL, F. et al. Reparação e silenciamento: disputas discursivas em territórios minerados. *Revista Estudos Interdisciplinares em Comunicação*, São Leopoldo, v. 6, n. 2, p. 55–80, 2025.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- MAINGUENEAU, D. A propósito do *ethos*. Trad. Luciana Salgado. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008. p.11-29.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

- MARQUIS, Christopher; TOFFEL, Michael W.; ZHOU, Yanhua. Scrutiny, norms, and selective disclosure: A global study of greenwashing. *Organization Science*, v. 27, n. 2, p. 483–504, 2016.
- MARTÍNEZ-ALIER, J. *The environmentalism of the poor: a study of ecological conflicts and valuation*. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.
- MCVEA, J. F.; FREEMAN, R. E. A names-and-faces approach to stakeholder management: How focusing on stakeholders as individuals can bring ethics and entrepreneurial strategy together. *Journal of Management Inquiry*, Thousand Oaks, v. 14, n. 1, p. 57–69, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1177/1056492604270799>.
- MIGUELES, C.; ZANINI, M. M. T. F.; GAMBIRAGE, C.; SILVA, J. J. C. da. *Informed mining: Risk reduction through enhanced public and institutional risk awareness*, 2023.
- NKRUMAH, K. *Neo-colonialism: The last stage of imperialism*. Nelson, 1965.
- OCDE. *Conduta empresarial responsável no setor extrativista na América Latina e Caribe*. OECD Guidelines, 2023.
- PEREIRA, J. J. *Forgive us our sins: a critical perspective of corporate social irresponsibility (CSiR): insights from the case of the Samarco mining dam collapse in Brazil*. 2021. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) — Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/30294>. Acesso em: 23 dez. 2025.
- PIRES, I. Complex social problems: A human ecology perspective/Problemas sociales complejos: La mirada de la ecología humana. In: ALVIM, R.; CASTELLANOS, H.; LÓPEZ, C. *Guidelines of human ecology/Lineamientos de la ecología humana* Caracas: Fundación Buría, 2021. , p. 95–103.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989. Disponível em: Memória, esquecimento, silêncio | Revista Estudos Históricos
- RAMALHO, V.; REZENDE, V. M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes Editores, 2011.
- REED, M.; GRAVES, A.; DANDY, N.; POSTHUMUS, H.; HUBACEK, K.; MORRIS, J.; PRELL, C.; QUINN, C.; STRINGER, L. Who's in and why? A typology of stakeholder analysis methods for natural resource management. *Journal of Environmental Management*, Amsterdam, v. 90, p. 1933–1949, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2009.01.001>
- REZENDE, V. M.; RAMALHO, V. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Pontes Editores, 2006.
- ROJAS, C. M. O. *O rompimento da barragem de rejeitos de Fundão e a ascensão do Capitalismo de Desastre no Brasil*. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) — Instituto de Geociências, Doctoral dissertation, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br>. Acesso em: 23 dez. 2025.
- SANTOS, B. S. Os processos da globalização. In: SANTOS, B. de S. *Construindo as epistemologias do Sul para um pensamento alternativo de alternativas*, Vol. I. São Paulo: CLACSO, 2019. , p. 397–484. DOI: [10.2307/j.ctvt6rkt3.14](https://doi.org/10.2307/j.ctvt6rkt3.14).
- SELIGMANN-SILVA, M. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Editora da Unicamp, 2023.
- SOARES, N. B.; BONDUKI, N. Neoextrativismo e autoritarismo corporativo no processo de reassentamento de Bento Rodrigues, Mariana MG. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v. 26, n. 1, 2024. DOI: [10.22296/2317-1529.rbeur.202420pt](https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202420pt).

- STRATOUDAKIS, Y. Collaborative lessons towards marine sustainability: A long-term collective engagement. *Sustainability Science*, Tokyo, v.14, p.1 - 13, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11625-018-0610-1>.
- SWANEY, J. A. Social economics and risk analysis. *Review of Social Economy*, Oxford, v. 53, n.4, p. 575–594, 1995.
- VAN DIJK, T. A. *Discourse and power*. London: Macmillan, 1998.
- VAN DIJK, T. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.
- VITIUGIN, F.; CASTILLO, C. Cross-Lingual Query-Based Summarization of Crisis-Related Social Media: An Abstractive Approach Using Transformers. *arXiv preprint*, arXiv:2204.10230, 2022. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2204.10230>. Acesso em: 23 dez. 2025.
- WESTERVELD, M. *The politics of sustainability*. Amsterdam: University of Amsterdam Press, 1986.
- WODAK, R. *Methods of critical discourse analysis*. London: Sage Publications, 2001.
- WODAK, R. *The politics of fear: what right-wing populist discourses mean*. London: Sage Publications, 2015.
- ZHOURI, A.; VALENCIO, N. N.; OLIVEIRA, R. O.; ZUCARELLI, M.; LASCHEFSKI, K.; SANTOS, A. F. O desastre da Samarco e a política das afetações: Classificações e ações que produzem o sofrimento social. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 68, n. 3, p. 36–40, 2016. DOI: <https://doi.org/10.21800/2317-66602016000300012>.